

**HABEAS CORPUS Nº 493.547 - SC (2019/0043461-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**JULIANA BRAIDOTI RODRIGUES - SP350134**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : CRISTIANO GUSTAVO MAURÍCIO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CRISTIANO GUSTAVO MAURÍCIO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no HC n.º 4001465-69.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante por ter, em tese, praticado o crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo. No dia 23/01/2019, o Juízo de primeiro decretou a prisão preventiva do flagrado.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 57-66), em acórdão assim ementado:

*"HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO (ART. 157 DO CÓDIGO PENAL). PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA PREVENTIVA.*

*SUSTENTADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA A SEGREGAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS DOS FATOS, MODUS OPERANDI E GRAVIDADE DO DELITO JUSTIFICAM A SEGREGAÇÃO. AINDA, INEXISTÊNCIA DE ENDEREÇO CERTO E DÚVIDAS ACERCA DA IDENTIDADE DO PACIENTE.*

*PRESSUPOSTOS DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS, CALCADOS NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. OBSERVÂNCIA, ADEMAIS, DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA DO JUIZ.*

*EVENTUAIS PREDICADOS SUBJETIVOS POSITIVOS QUE NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA.*

*PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NÃO VIOLADO.*

*PRETENDIDA A CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR SOB O ARGUMENTO DE QUE O ACUSADO ESTÁ COM SAÚDE PRECÁRIA, EM RAZÃO DO ACIDENTE SOFRIDO DURANTE A FUGA. INDEFERIMENTO.*

*INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE QUE O PACIENTE NECESSITE DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E, AINDA, QUE ESTE NÃO PODE SER REALIZADO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL.*

*CONSTRANGIMENTO ILEGAL INOCORRENTE.  
ORDEM DENEGADA."*

No presente *writ* substitutivo de recurso ordinário, a Defensoria Pública Impetrante alega, em suma, que *"o decreto que determinou a prisão preventiva foi absolutamente genérico no que diz respeito ao periculum libertatis, justificando a prisão principalmente na gravidade abstrata do delito. Logo, a prisão cautelar do PACIENTE é absolutamente nula, por carência de fundamentação"* (fl. 8-9).

Aduz, ainda, que o Paciente possui condições pessoais favoráveis, a desproporcionalidade da prisão preventiva porque *"ainda que fosse condenado definitivamente pela prática do crime de roubo majorado, jamais iniciaria o cumprimento da pena em regime fechado"* (fl. 16).

Requer, assim, em liminar e mérito, a revogação da custódia preventiva, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia isenta de dúvidas, uma vez que o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva do Paciente nos seguintes termos (fl. 26):

*"A prisão, no caso concreto, é imprescindível para a garantia da ordem pública, eis que o fato que gerou a prisão em flagrante é extremamente grave (roubo com emprego de arma de fogo), sendo praticado em contexto de grave ameaça, com fuga por movimentadas avenidas desta cidade, expondo a risco a integridade física de pedestres e motoristas, gerando o acompanhamento por guarnição da PMSC. Ainda, a prisão preventiva revela-se necessária e imprescindível para assegurar a aplicação da lei penal, tendo em conta a falta de indicativos de endereço seguro para localização do imputado e o consequente risco de subtração à ação jurisdicional. Além disso, a prisão provisória também se faz necessária para a conveniência da instrução criminal, em razão da fundada dúvida acerca da identidade do autuado, que inclusive ensejou a requisição de exame datiloscópico (p. 27). O fato de o autuado não ostentar antecedentes e não responder a outras ações, para o momento, não é relevante, não tendo o condão de impedir a decretação da prisão preventiva."*

O Tribunal de origem, por sua vez, salientou que (fl. 62):

*"[...] tendo como crime sido cometido com grave ameaça e,*

*durante a fuga, jogou o veículo em cima de guarnição da Polícia Militar, conduzindo o carro em alta velocidade por várias ruas e colocando em risco pedestres e demais motoristas, tanto é que colidiu contra poste de iluminação. Assim, o modus operandi evidenciou a gravidade do delito supostamente praticado pelo paciente e, ainda a periculosidade deste, justificando a segregação para garantia da ordem pública."*

No caso, em juízo de cognição sumária, o decreto prisional, mantido pelo acórdão impugnado, encontra fundamento art. 312 do Código de Processo Penal, pois a jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que o *modus operandi* do delito autoriza a manutenção da prisão cautelar, como forma de resguardar a ordem pública.

Também a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que não há ilegalidade na "*custódia devidamente fundamentada na periculosidade do agravante para a ordem pública, em face do modus operandi e da gravidade em concreto da conduta.*" (HC 146.874 AgR, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2017, DJe 26/10/2017).

Friso que não há como prever, nessa fase processual, a quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta, caso seja condenado o Paciente, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado, de modo que não se torna possível avaliar a arguida desproporção da prisão cautelar imposta.

E, demonstrada, pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

No mais, é cediço que as condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeiro grau de jurisdição, mormente sobre a situação prisional do Paciente e o andamento da ação penal, com juntada do auto de prisão em flagrante e da denúncia, se houver sido oferecida.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora

